



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

171  
P

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO N. 0025690-34.2010.8.17.0001 (0312827-8)

EMBARGANTE : INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS - IRH - SASSEPE  
PROCURADOR : ROSANA CLÁUDIA LOWENSTEIN DE ARAÚJO FEITOSA  
EMBARGADO : JOÃO VIRGÍNIO ÁLVARO FILHO  
ADVOGADO : CÉLIA GOMES PESSOA OAB/PE 00725  
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCESSO CIVIL E CONSTITUCIONAL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. SASSEPE. COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA. OMISSÃO DETECTADA. PROVIMENTO PARCIAL. MANUTENÇÃO DO JULGADO NOS DEMAIS TERMOS. REDISCUSSÃO DA LIDE. DESNECESSIDADE. IMPERATIVIDADE DOS LINDES PREVISTOS NO ART. 535 DO CPC.

I - Aduzindo a tese da existência de contradição no Acórdão de fls. 143/144, proferido no julgamento do recurso de agravo na apelação/reexame necessário nº 0312827-8, o Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco - IRH/PE opôs os presentes embargos com a especial finalidade de eliminar as omissões indicadas, sob pena de afronta ao art. 535 e seguintes do CPC.

II - Com razão o embargante quanto à omissão apontada no que concerne à fixação da multa diária. Ao julgar o recurso de agravo, nada referiu o acórdão proferido por esta c. 1ª Câmara de Direito Público sobre o pedido de redução ou exclusão das *astreintes* fixadas pelo juízo primevo.

III - A fixação de *astreintes* tem por escopo unicamente reprimir a resistência do embargante, em caso de eventual descumprimento da decisão hostilizada. A fixação da multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) é razoável, porquanto o que está em debate é o direito à saúde do beneficiário.

IV - Deveras, é legítimo ao magistrado, ao aquilatar as circunstâncias fáticas, impor a medida mais adequada para tornar eficaz a tutela, se valendo dos meios coercitivos previstos no art. 461, §5º, do CPC, ou até mesmo de medidas outras, porquanto é cediço que o rol previsto em tal dispositivo legal não é exaustivo. Precedentes do c. Superior Tribunal de Justiça.

V - De mais a mais, percebe-se que o Embargante voltou a percutir o mérito. Na verdade o embargante está pretendendo rediscutir a questão, o que não se admite em sede de Embargos Declaratórios.

VI - O órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio (v. STJ-1ª Turma, AI 169.073-SP-AgRg, rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v.u., DJU 17.8.98, p. 44).

VII - Embargos de Declaração parcialmente providos, sem discrepâncias.



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

182  
d

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade, em DAR PROVIMENTO PARCIAL AOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS, tudo de acordo com o incluso voto, e notas taquigráficas, que passam a integrar este julgado.

Recife, 1<sup>o</sup>, JULHO, 2014

*Jorge Américo Pereira de Lira*  
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

173  
OK

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO N. 0025690-34.2010.8.17.0001 (0312827-8)

EMBARGANTE : INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS - IRH - SASSEPE  
PROCURADOR : ROSANA CLÁUDIA LOWENSTEIN DE ARAÚJO FEITOSA  
EMBARGADO : JOÃO VIRGÍNIO ÁLVARO FILHO  
ADVOGADO : CÉLIA GOMES PESSOA OAB/PE 00725  
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA, RELATOR:

Vistos etc.

Cuida-se de Embargos de Declaração opostos pelo Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco - IRH/PE contra o Acórdão de fls. 143/144, emergente do julgamento do recurso de agravo na apelação/reexame necessário nº 0312827-8, que, por unanimidade, negou provimento ao recurso do ora embargante. O referido acórdão encontra-se assim ementado:

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL. RECURSO DE AGRAVO. TRATAMENTO DE SAÚDE INDISPENSÁVEL À SAÚDE DO BENEFICIÁRIO. RADIOTERAPIA TRIDIMENSIONAL. CÂNCER DE PRÓSTATA. SASSEPE. DIREITO HUMANO À SAÚDE E À VIDA DIGNA. DEVER CONSTITUCIONAL DO PODER PÚBLICO. CUSTAS PROCESSUAIS. BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA. POSSIBILIDADE. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. O autor é beneficiário do SASSEPE - Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco, tendo esse sistema como função a cobertura de despesas dos serviços de atendimento médico-hospitalar, bem como os atos necessários ao diagnóstico e tratamento, prestados aos seus beneficiários.
2. A relação mantida entre a entidade mantenedora do plano de saúde - SASSEPE e o apelado beneficiário caracteriza-se pelo objeto contratado, no caso, contrato de plano de saúde, sendo irrelevante a natureza jurídica da entidade prestadora do serviço. Logo, cumpre ao Estado, através do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores de Pernambuco, o fornecimento do tratamento requestado.
3. Apesar da possibilidade do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco excluir algumas despesas da área de cobertura dos serviços por ela ofertados, na hipótese dos autos verifica-se o confronto do interesse econômico do apelante com os interesses superiores do autor/apelado, quais sejam o direito à vida e à saúde.



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

4. Não se nega a imprescindibilidade do procedimento médico necessário à sobrevida do autor, considerando o desgaste emocional sofrido, bem como a importância das questões de saúde que merecem respeito do Judiciário. Todavia, é necessário que o apelante haja incorrido em ilicitude, por não ter atuado para impedir o dano ou por haver sido insuficiente neste dever, em razão de comportamento inferior ao padrão legal exigível.
5. No que diz respeito ao capítulo da sentença relativo à condenação do apelante em custas processuais, observo que merece acolhimento, posto que o autor utilizou dos benefícios da justiça gratuita, não desprendendo qualquer recurso financeiro para garantir o pagamento das custas, devendo, dessa forma, ser afastado o ônus atribuído no *decisum* de primeiro grau.
6. À unanimidade, Recursos de Agravo não provido.

Argumenta o Embargante que o acórdão seria omissivo, deixando de examinar e de se pronunciar expressa e explicitamente sobre a aplicação ao caso dos artigos 2º, 5º, LIV e LV, 37, caput e XXI e 196 da Constituição Federal e artigo 535 do Código de Processo Civil. Assevera que o acórdão não analisou a equivocada e desproporcional fixação de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) pelo descumprimento da obrigação imposta.

Nesta linha, advoga pelo prequestionamento da matéria, com vistas ao recebimento e processamento de recurso perante as instâncias superiores.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.

Recife, 1º de JULHO, 2014

  
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

17/5  
d

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO/REEXAME  
NECESSÁRIO N. 0025690-34.2010.8.17.0001 (0312827-8)

EMBARGANTE : INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS - IRH - SASSEPE  
PROCURADOR : ROSANA CLÁUDIA LOWENSTEIN DE ARAÚJO FEITOSA  
EMBARGADO : JOÃO VIRGÍNIO ÁLVARO FILHO  
ADVOGADO : CÉLIA GOMES PESSOA OAB/PE 00725  
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA,  
RELATOR:

Aduzindo a tese da existência de contradição no Acórdão de fls. 143/144, proferido no julgamento do recurso de agravo na apelação/reexame necessário nº 0312827-8, o Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco - IRH/PE opôs os presentes embargos com a especial finalidade de eliminar as omissões indicadas, sob pena de afronta ao art. 535 e seguintes do CPC.

Dedicam-se os embargos de declaração a suprir eventual imperfeição do julgado, consistente em contradição, omissão ou obscuridade, de modo a permitir sua melhor inteligência ou interpretação.

Com razão o embargante quanto à omissão apontada no que concerne à fixação da multa diária. Ao julgar o recurso de agravo, nada referiu o acórdão proferido por esta c. 1ª Câmara de Direito Público sobre o pedido de redução ou exclusão das *astreintes* fixadas pelo juízo primevo.

Acolho, portanto, para sanar tal omissão.

A fixação de *astreintes* tem por escopo unicamente reprimir a resistência do embargante, em caso de eventual descumprimento da decisão hostilizada. A fixação da multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) é razoável, porquanto o que está em debate é o direito à saúde do beneficiário.

Não merece abrigo a alegação de que as *astreintes* afiguram-se desarrazoadas, visto que deve-se levar em consideração que a inércia do ente estatal em dar cumprimento ao comando judicial pode resultar em grave lesão à saúde ou mesmo por em risco a vida do embargado.



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

176  
2

O art. 461 do Código de Processo Civil prevê instrumentos que possibilitam ao aplicador do direito assegurar a tutela específica ou o resultado prático que deveria ter sido produzido com o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer imposta na decisão judicial antecipatória dos efeitos da tutela, tais como, a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras, impedimento de atividade nociva, além de requisição de força policial (art. 461, §5º, do CPC).

Deveras, é legítimo ao magistrado, ao aquilatar as circunstâncias fáticas, impor a medida mais adequada para tornar eficaz a tutela, se valendo dos meios coercitivos previstos no art. 461, §5º, do CPC, ou até mesmo de medidas outras, porquanto é cediço que o rol previsto em tal dispositivo legal não é exaustivo.

A jurisprudência do c. Superior Tribunal de Justiça é farta quanto à possibilidade de imposição de multa por descumprimento de ordem judicial. Nesse sentido:

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO QUE SE MANTÉM PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. BRIGAÇÃO DE FAZER. COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. PRAZO RAZOÁVEL PARA CUMPRIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO. SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. (AgRg no AREsp 61220/RS, Relatora Ministra Diva Malerbi (Desembargadora Convocada TRF 3ª Região, Segunda Turma, DJe 04/12/2012)*

Assim, entende inclusive este e. Tribunal de Justiça:

*DIREITO CONSTITUCIONAL. TRATAMENTO DE SAÚDE. NEOPLASIA MALIGNA. CUSTEIO. SASSEPE. ENFERMIDADE GRAVE. RISCO DE VIDA. HIGIDEZ DAS FINANÇAS DO SISTEMA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE. CONFLITO DE INTERESSES. PREVALÊNCIA DO DIREITO À VIDA. MANUTENÇÃO DO VALOR A TÍTULO DE MULTA DIÁRIA. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Versa a presente lide acerca do custeio de tratamento de pessoa portadora de Neoplasia maligna no pulmão. Em exames realizados, constatou-se limfonodomegalias mediastinais à tomografia computadorizada de tórax. Cogitou-se, então, a possibilidade de metástase linfonodal mediastinal de câncer de pulmão. Para o correto diagnóstico, o médico que acompanha o paciente requereu ao SASSEPE autorização para procedimento cirúrgico. 2. Declaração peremptória, integrante do conjunto probatório, é robusta o bastante para infirmar o argumento recursal do Agravante em torno da falta de verossimilhança da alegação e de prova inequívoca da necessidade de utilização desse aparelho, vinda de um profissional habilitado, não é aleatória, mas consentânea com realizações científicas prévias indicativas de êxito da profilaxia nessas condições. 3. O procedimento recomendado pelo médico é verificar se o paciente está acometido de metástase, porque o tratamento, se assim o for deve ser mais*



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

*incisivo e diferenciado, bem como o retardamento do diagnóstico, pode ocasionar o óbito. 4. Note-se que, a despeito da necessidade do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco possuir a liberdade de excluir do âmbito da cobertura dos serviços por ela ofertados algumas espécies de despesas, tendo em vista a necessidade das mesmas primarem pela higidez de suas finanças, faz-se mister verificarmos que na hipótese dos autos, em confronto com os interesses econômicos do agravante, estão interesses superiores do agravado, quais sejam, seu direito à saúde e à vida. 5. Por fim, insurge-se o Estado de Pernambuco quanto à fixação de multa diária no valor de R\$1.000,00 (um mil reais), que segundo ele é desproporcional e irrazoável. 6. Todavia, entendo que o valor arbitrado é razoável, porque o que está em discussão é o direito à saúde de paciente que está com câncer e precisa saber da extensão e gravidade da doença, a fim de que seja submetido à tratamento correto. Tem-se, pois, que o intuito da multa é fazer com que o devedor cumpra a prestação pela qual foi obrigado. Se o fizer, nada será devido. 7. Recurso a que se nega provimento à unanimidade. (TJ-PE – AGV: 166023820118170000 PE 0019546-13.2011.8.17.0000, Relator: Luiz Carlos Figueirêdo, Data de Julgamento: 08/11/2011, 7ª Câmara Cível, Data de Publicação: 212)*

Comentam NELSON NERY JÚNIOR e ROSA MARIA DE ANDRADE NERY, acerca da multa de que trata o art. 461, § 4º, do Código de Processo Civil:

*"§ 4º: 14. Imposição de multa. Deve ser imposta multa, de ofício ou a requerimento da parte. O valor deve ser significativamente alto, justamente porque tem natureza inibitória. O juiz não deve ficar com receio de fixar o valor em quantia alta, pensando no pagamento. O objetivo das astreintes não é obrigar o réu a pagar o valor da multa, mas obrigá-lo a cumprir a obrigação na forma específica. A multa é apenas inibitória. Deve ser alta para que o devedor desista de seu intento de não cumprir a obrigação específica. Vale dizer, o devedor deve sentir ser preferível cumprir a obrigação na forma específica a pagar o alto valor da multa fixada pelo juiz" (Código de processo civil comentado e legislação extravagante. 7. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 782/783).*

Relativamente ao tópico da omissão quanto aos artigos 2º, 5º, LIV e LV, 37, caput e XXI e 196 da Constituição Federal, o julgado não apresenta qualquer vício passível de integração.

Com efeito, os embargos de declaração devem observar os limites estreitos traçados pelo artigo 535, do CPC (obscuridade, dúvida, contradição e omissão), não sendo o meio hábil para reexaminar a causa.



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

De mais a mais, percebe-se que o Embargante voltou a percutir o mérito. Na verdade o embargante está pretendendo rediscutir a questão, o que não se admite em sede de Embargos Declaratórios.

O órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio (v. STJ-1ª Turma, AI 169.073-SP-AgRg, rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v.u., DJU 17.8.98, p. 44).

Nesse mesmo sentido, com adequação ao caso:

*"O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (v. RJTJESP 115/207).*

A função dos embargos de declaração é, unicamente, afastar do julgado qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e a conclusão assumida, resumindo-se em complementar o julgado atacado, afastando-lhe vícios de compreensão.

Por essa via, não se tenta modificação, anulação ou referenda do julgado embargado, senão mero esclarecimento ou suprimento de lacuna, de forma a espantar quaisquer equívocos na interpretação ou execução do ato decisional.

Numa palavra: conforme se deduz da ensinança de PONTES DE MIRANDA, nos declaratórios não se pede que o órgão julgador "redecida", mas sim que este se "reexprima".

Nessa linha de raciocínio, afigura-se oportuno lembrar a lição professada por MÁRIO GUIMARÃES: "não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes. Claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não" (v. O JUIZ E A FUNÇÃO JURISDICIONAL, 1ª ed. Forense, 1958, parágrafo 208, p. 350), secundando-se que não se exige do Juiz "que rastreie e acompanhe pontualmente toda a argumentação dos pleiteantes, mormente se um motivo fundamental é poderoso a apagar todos os aspectos da controvérsia" (RT 413/325).





PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

179  
N

O C. Supremo Tribunal Federal, em sucessivos e recentes julgamentos, vem decidindo que "os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal", revelando-se incabíveis "quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), vem tal recurso com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal" (RTJ 173/29, junho/2000).

Nessas condições, o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, até com maior minudência, já decidiu no sentido de que não está o Tribunal obrigado a ater-se aos fundamentos indicados pela parte e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos. Os requisitos da decisão judicial não estão subordinados a quesitos. A motivação da decisão, observada a *res in judicium deducta*, pode ter fundamento jurídico e legal diverso do suscitado (cf. RJTJSP 111/114).

Mais: os casos previstos para manifestação dos aclaratórios são específicos, de modo que somente são admissíveis quando houver, ainda que para efeito de prequestionamento, obscuridade, contradição ou omissão em questão (pontos controvertidos) sobre a qual deveria o órgão julgador pronunciar-se necessariamente.

Nessa igual diretriz, assentou o colendo STJ que, "mesmo nos embargos declaratórios com fim de prequestionamento, devem-se observar os lindes traçados no art. 535, do CPC (obscuridade, dúvida, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material)" (v. STJ-1ª Turma, REsp. 11.465-0-SP, rel. Min. Demócrito Reinaldo, j. 23.11.92, rejeitaram os embargos, v.u., DJU 15.2.93, p. 1.665, 2ª col., em.).

Assim, à luz deste entendimento, VOTO pelo PROVIMENTO PARCIAL dos presentes Embargos de Declaração, em ordem a SANAR A OMISSÃO APONTADA NO ACÓRDÃO de fls. 143/144, apenas para fazer constar a incidência da multa diária com o escopo de subjugar a recalcitrância do embargante, mantendo-se acórdão em seus demais termos.

É como VOTO.

Recife, 1º JUL. 2014

Jorge Américo Pereira de Lira  
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Relator